

# CARTA POLÍTICA DA 6ª PLENÁRIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

*“As mulheres são como as águas,  
crescem quando se juntam”*

Somos mulheres do campo, da floresta e das águas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, acampadas, reassentadas por barragens, assalariadas rurais, sem terras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Temos várias idades, culturas, crenças e vivemos de todos estados do Brasil.

Somos todas Margaridas!

Construímos a 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais para afirmar o nosso compromisso com o fortalecimento da organização e luta das mulheres por um mundo com igualdade, liberdade, autonomia, justiça e democracia.

Esta plenária nacional traz como lema: “Margaridas Trabalhadoras Rurais por Paridade rumo à Igualdade: a luta é todo dia!”. Ao nos identificarmos como Margaridas, trazemos a força, a coragem e a resistência de Margarida Maria Alves, que inspira a nossa luta no campo, na floresta, nas águas e nas ruas expressada na realização das Marchas das Margaridas.

O debate central desta plenária é a paridade em razão do processo desafiador de sua efetivação no MSTTR. O próximo congresso da Contag elegerá a sua primeira direção paritária, o que significa um avanço importante para fortalecer a nossa participação política e a democracia no MSTTR. Para nós, a paridade é um caminho para a igualdade, por ser uma política afirmativa que estimula a participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão e pressiona pelo estabelecimento de normas e regras internas que rompam com a histórica condição de subalternidade e exclusão imposta às mulheres.

A paridade é uma luta feminista e sua conquista na Contag reforçou as lutas históricas pela igualdade na sociedade e no Estado. A sua efetivação passa pelo desafio de assegurar condições materiais e imateriais igualitárias para a participação e representação política, demandando que sejam assumidos compromissos coletivos e permanentes com as pautas das mulheres e a adoção de práticas sindicais respeitadas e democráticas que façam avançar na construção da igualdade.

Compreendendo este desafio é que as mulheres decidiram aprofundar nas Plenárias Regionais e nesta Plenária Nacional os debates sobre o significado e as formas de concretização da paridade como caminho para conquistar a igualdade.

Nesta Plenária, olhamos para a nossa trajetória e reconhecemos que nossa luta resultou em várias conquistas no MSTTR, mas, compreendemos, também, que muito ainda temos para caminhar. Continuam vivos em nossa memória os tempos em que nos era negado o direito de qualquer participação, inclusive o direito à sindicalização.

Na luta pela visibilidade e afirmação de nossa participação na sociedade e na organização sindical, conquistamos o reconhecimento como trabalhadoras rurais e, com isso, o direito à sindicalização. Também, conquistamos as cotas de participação de, no mínimo, 30% nas instâncias deliberativas e nas diretorias e de, no mínimo, 50% nos espaços formativos. Nesta caminhada, durante a realização do 11º Congresso foi aprovada a paridade como mecanismo para a igualdade.

Neste processo, as plenárias estaduais, regionais e nacionais de mulheres se consolidaram como espaços de aprofundamento dos debates, elaborações e construção de estratégias políticas para fortalecer a nossa organização, afirmar o nosso protagonismo e atuação nas lutas do movimento e da sociedade.

A Marcha das Margaridas vem sendo construída desde o ano 2.000 como uma estratégia de mobilização, formação, articulação de alianças e parcerias, assim como de proposição e negociação de políticas públicas específicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas.

Em 2015, a Marcha das Margaridas foi às ruas reunindo 100 mil mulheres na luta pela ampliação de nossos direitos e, também, para afirmar a defesa da democracia e contra o golpe ao mandato da primeira mulher presidenta da república, que já se anunciava naquele momento. No entanto, pouco mais de um ano após a realização desta Marcha, o golpe está consolidado.

Realizamos esta 6ª Plenária no momento em que o golpe midiático, judiciário e parlamentar feriu de morte a democracia brasileira e atacou profundamente a dignidade da nação e das mulheres, trazendo à tona as expressões mais cruéis do machismo.

Por ser mulher, a presidenta sofreu, além das agressões políticas, ataques pessoais à sua imagem com questionamentos sobre a sua capacidade e estrutura emocional para lidar com as crises e com o destino da nação. A ordem patriarcal, racista e conservadora do golpe impôs a mensagem de que as mulheres deveriam estar fora dos espaços de poder que, para eles, é um lugar exclusivo dos homens. Explicitou esta mensagem com uma composição exclusivamente masculina do governo.

O que ocorreu no Brasil é um exemplo do que vem acontecendo em vários países do mundo, onde o conservadorismo, a xenofobia, o machismo e o fundamentalismo religioso ganham força e o capital busca fortalecer o seu modo privatista, patriarcal, excludente e explorador, que invisibiliza o trabalho das mulheres e criminaliza as lutas e os movimentos sociais. Neste contexto, tentam impor retiradas de conquistas históricas obtidas na luta por autonomia e liberdade, retomando, por exemplo, os discursos de que mulheres boas são aquelas “belas, recatadas e do lar”.

Consolidado o golpe, a classe trabalhadora vem sofrendo sistemáticos retrocessos e perda de direitos. No campo, há um ataque profundo às conquistas dos últimos anos, com destaque para a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o desmonte da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas - DPMR. Além disso, há um intenso esvaziamento das políticas públicas que foram fundamentais para acabar com a fome de milhares de famílias e assegurar maiores oportunidade e condições de produção e desenvolvimento para a agricultura familiar e para as mulheres, a exemplo dos programas Bolsa Família, PNAE, PAA, Minha Casa Minha Vida Rural e Ater para mulheres.

Da mesma forma, também nos preocupa e nos revolta a possibilidade de que a violência contra as mulheres se intensifique em razão do desmonte das políticas públicas de enfrentamento à esta prática, especialmente aquelas que vinham sendo realizadas pela SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres e que foi relegada pelo golpe à uma coordenação do Ministério da Justiça, sem recursos, estrutura ou autonomia para execução das ações.

O modelo de desenvolvimento rural que o governo golpista vem impondo adota medidas que agravam os padrões de exploração do trabalho, de concentração e estrangeirização das terras e de degradação da natureza, colocando em risco a soberania e a segurança territorial e alimentar da nação. Vem, ainda, expulsando indígenas, quilombolas e outras comunidades e povos tradicionais de seus territórios, além de contaminar as terras e águas e causar genocídio de indígenas, a exemplo do que vem ocorrendo com os Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul.

Contanto com os apoiadores do golpe no congresso nacional, o governo vem impondo, também, uma série de medidas legislativas, a exemplo do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 55 (antes 241) que estabelece o congelamento dos investimentos sociais durante 20 anos, apostando no esvaziamento do Estado e na entrega, para o mercado, das principais estruturas que asseguram o desenvolvimento nacional.



Além disso, o governo golpista ameaça com uma reforma da previdência social que retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e impõe às mulheres trabalhadoras rurais perdas ainda maiores. Isto porque, pretende igualar os critérios de atendimento destas com as demais categorias, negando as diferenças conquistadas na luta pelo reconhecimento das condições mais penosas e desgastantes existentes nas relações de trabalho no campo.

Mais uma vez, nós mulheres seremos as mais afetadas por estas políticas conservadoras e neoliberais, porque sofremos com mais intensidade as consequências destes ataques aos direitos sociais. O enfraquecimento do papel do Estado nos sobrecarrega com os trabalhos de cuidados e outras atividades, que deveriam ser assumidas integralmente pelos órgãos governamentais.

Este contexto político desafia, ainda mais, a unidade da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais. Para o MSTTR é fundamental aprimorar os processos e instrumentos de participação e de aproximação com as demandas da base, ampliando as lutas de resistência e para a garantia de direitos.

Estes desafios ocorrem no momento de reorganização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a formação de dois sistemas de representação em que a CONTAG passou a representar exclusivamente as agricultoras e agricultores familiares e a CONTAR as assalariadas e assalariados rurais.

A agricultura familiar que será representada pela CONTAG precisa considerar as diferentes identidades dos sujeitos do campo, visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, afirmar a produção para a soberania e segurança alimentar, priorizando a produção de alimentos saudáveis, a partir da perspectiva agroecológica e o respeito ao meio ambiente.

Frente a esta realidade, o MSTTR precisa continuar afirmando o nosso projeto político que defende o desenvolvimento rural sustentável e solidário, o PADRSS, pautado na realização da reforma agrária que garanta o direito à terra e o fortalecimento da agricultura familiar e que assegure a produção sem o uso de agrotóxicos e transgênicos, valendo-se da utilização de sementes crioulas que possam ser partilhadas, guardadas, comercializadas e utilizadas de acordo com nossas escolhas.

Esta representação sindical da Agricultura Familiar precisa ampliar e fortalecer a participação, organização e luta das mulheres, assegurando as condições efetivas para o exercício da igualdade e autonomia. Da mesma forma, é necessário apoiar a organização das mulheres assalariadas rurais, mantendo a solidariedade e a defesa classista das trabalhadoras rurais.

Esta plenária acontece no momento em que se celebra 10 anos de atuação da ENFOC, espaço de formação política construído a partir de uma demanda das mulheres. A formação realizada pela Enfoc e nos demais espaços do MSTTR, pautada na Política Nacional de Formação-PNF, tem contribuído para o nosso empoderamento e ampliação de nossa participação política. O desafio é fazer com que os processos formativos envolvam um número maior de mulheres e contribuam, efetivamente, para a nossa autonomia e igualdade.

Para tanto, reafirmamos a importância de construir espaços específicos de formação com as mulheres na perspectiva feminista e da educação popular. Ao mesmo tempo, devemos fortalecer os processos de formação mistos que assegurem a abordagem sobre o patriarcado e o machismo como elementos estruturais da desigualdade na sociedade.

Somos mulheres que protagonizamos a resistência e a luta diária por um mundo justo e igualitário. Neste sentido, reafirmamos, nesta Plenária, os nossos compromissos em:

- Fortalecer a unidade da classe trabalhadora na luta contra o capital;
- Fortalecer a luta feminista e a unidade entre as mulheres;
- Ampliar as lutas de resistência pela democracia e contra o retrocesso nas políticas públicas e na perda de direitos;

- Fortalecer as lutas contra o avanço do conservadorismo, machismo, xenofobia, racismo e o fundamentalismo religioso;
- Ampliar a participação política das mulheres em todos os espaços de poder;
- Lutar pela reforma agrária e pela ampliação do direito à terra, ao território e à produção sustentável;
- Lutar para a retomada e o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao campo, a exemplo do PNAE, PAA e ATER para as mulheres;
- Atuar na Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida;
- Fortalecer a Marcha das Margaridas como espaço de articulação das lutas unitárias das mulheres;
- Trabalhar a formação e a comunicação na base sindical;
- Ampliar e intensificar, no MSTTR, o trabalho das “guardiãs de sementes crioulas”;
- Lutar contra a criminalização das lutas e dos movimentos sociais;
- Fortalecer a Enfoc e os espaços de formação política específica, na perspectiva feminista e da educação popular;
- Lutar pelo fortalecimento da organização e participação das mulheres no MSTTR;
- Assegurar a implementação da paridade em todas as instâncias do MSTTR, para além dos números, caminhando rumo à igualdade;
- Defender a Educação do Campo e a luta contra o fechamento das escolas no meio rural;
- Apoiar as ocupações das escolas em todo o Brasil;
- Lutar pela retomada do MDA, assegurando as estruturas e condições para execução efetiva das políticas públicas para o campo.
- Pressionar pela retomada dos programas e ações da SPM, assegurando recursos e autonomia para o enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Lutar contra a aprovação da PEC 55 no Senado Federal;
- Pressionar contra a proposta de Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Federal, defendendo o tratamento diferenciado para as mulheres, especialmente as mulheres rurais, com a garantia da idade mínima;
- Fortalecer ações em defesa da saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas para além das ações de prevenção ao câncer de mama no período do outubro rosa;
- Intensificar a luta contra os grandes projetos, destacando-se o MATOPIBA que destrói os bens naturais e condena à morte e à expulsão as populações do cerrado.

Somos mulheres Margaridas Trabalhadoras Rurais e resistimos com coragem, força e a ousadia para continuar fortalecendo a nossa luta até conquistarmos a liberdade, a igualdade, autonomia, justiça e democracia.

*A nossa luta é todo dia!*

*“Que nada nos limite  
que nada nos defina  
que nada nos sujeite  
que a liberdade seja nossa própria substância  
já que viver é ser livre.”  
Simone de Beauvoir*

*Brasília, 11 de novembro de 2016*